

#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

# RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

	ANO:	2022	
CORREGE	DOR:	DESEMBARGADOR GER	ALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO
TIPO DE COR	REIÇÃO:		ORDINÁRIA
MODALID	ADE:	TEL	LEPRESENCIAL
UNIDADE CORR	ECIONADA	2ª VARA DO	TRABALHO DE GOIÂNIA
DATA DE INSTALA	AÇÃO DA VT:		22/03/1979
JUIZ TITU	LAR:	RONIE CAR	LOS BENTO DE SOUSA
TITULAR D	ESDE:		22/04/2014
DATA DE INSTAL	AÇÃO PJE:		22/02/2013
PERÍODO CORR	ECIONADO:	1º/01/	2021 a 31/12/2021

EQUIPE CORRECIONAL			
SERVIDOR	FUNÇÃO		
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional		
Alisson Moura Luduvice	Assistente		
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente		
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente		
Luana Carvalho Arantes	Assistente		
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente		
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente		

### 1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE\*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2018	2019	2020	2021
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.599	1.791	1.668	1.386
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.130	2.377	1.362	1.445
3	Produção	133%	133%	82%	104%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	2.162	2.077	1.219	1.800
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	818	374	753	748
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.977	1.677	2.031	1.619
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	24%	25%	44%	35%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	35%	18%	51%	37%
9	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de conhecimento	24%	23%	42%	33%
10	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de conhecimento	34%	17%	50%	37%
11	Execuções iniciadas	573	659	424	343
12	Execuções encerradas	648	705	511	629
13	Execuções baixadas	855	830	582	783
14	Execuções pendentes de encerramento	1.210	995	900	784
15	Execuções pendentes de baixa	1.777	1.596	1.498	1.171
16	Execuções no arquivo provisório	501	726	685	570
17	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	65%	67%	71%	67%
18	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	68%	66%	72%	60%
19	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de execução	52%	45%	49%	40%
20	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de execução	57%	44%	51%	33%
			Γ		
21	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	42%	47%	42%

21	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	42%	47%	42%
22	Índice de conciliação da unidade	44%	38%	44%	39%

<sup>\*</sup> Dados extraídos do sistema e-Gestão.

<sup>\*\*</sup> Dados do exercício 2021 referem-se aos meses de janeiro a dezembro.

FL. 11

## 2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

## 2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	RONIE CARLOS BENTO DE SOUSA
Juiz Auxiliar	ALEXANDRE VALLE PIOVESAN

#### 2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região		NÃO
Metropolitana)?	Χ	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

# 2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes realizam audiência)\*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	
Titular			X	X		
Auxiliar fixo	X	Х				
* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.						

### 2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:
---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	SIM	NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?		X
Forma de revezamento:		

#### 2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

#### 2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	71
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	80

<sup>\*</sup> Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

### 2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	

# 2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	523
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	12
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	2

<sup>\*</sup> Dado apurado em 18/02/2022.

### 2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correcionado	47
--	----

<sup>\*</sup> Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

# 2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar	-	-

### 2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	22	0
Sentença na fase executória	0	0
Embargos de declaração	0	0

<sup>\*</sup> Dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/02/2022.

### 2.6.4 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO		0	

# 3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE\*

#### 3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Du.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	62	147
Ordinário	95	223

#### 3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	5	3
Ordinário	7	4

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
3.3 – Frazo medio para proiação de Semenças da rase executoria	1	0

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	1	0

#### 3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	3	4
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

#### 3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

24.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	73	48
Ordinário	86	45

<sup>\*</sup> Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

<sup>\*</sup> A última visita correcional foi realizada em 23/02/2021 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1%01/2020 e 31/12/2020.

# 4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

#### 4.1 - Estrutura da Secretaria

# 4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
DILERMAN RODRIGUES BROTAS	Diretor de Secretaria	Efetivo
NELZITO ARRUDA OLIVEIRA JÚNIOR	Assistente II	Cedido Municipal
NARA ALVES DA SILVA MEDEIROS QUEIROZ	Assistente II	Efetiva
SIMONE APARECIDA QUEIROZ	Secretário de Audiência	Cedida Municipal
ANA CRISTINA SANTOS BANGOIM	Secretário de Audiência	Cedida Municipal
RODRIGO MADALOSSO ARAÚJO	Assistente de Diretor	Efetivo
HELOISA AZEVEDO DE BARROS	Assistente de Juiz	Efetiva
CARLOS AUGUSTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	Assistente de Juiz	Efetivo
MIGUEL MARTINS FERNANDES		Efetivo
LYANA ANDERSON PARRODE PACHECO		Efetiva
ANA CAROLINA CAVALCANTI COSTA		Efetiva
JARDEL LOPES DA SILVA		Efetivo
LAÍS ELAINE MARCULINO ALVES		Efetiva

<sup>\*</sup> A unidade possui excedente de lotação.

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	15
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

# 4.2 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	х
Consumo racional de energia elétrica	х
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	х
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	x
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

## 5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Oficio Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.			
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?		х	
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe- JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	Х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	Х		Parcialmente.
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Oficio Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	Х		

7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	х		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	Х		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	v		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.			
11	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais estão sendo designadas para março/2022 em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para maio/2022 no rito sumaríssimo e junho/2022 no ordinário.
12	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		х	
13	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	v		
14	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		

15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	х	
16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	×	
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x	
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	x	
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	х	
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X	
21	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	x	

22	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	Х		
23	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?	Х		
24	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
25	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei n° 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
26	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	Y		
27	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	×		- Miguel Martins Fernandes - Portaria 01/20014 - PA 9267/2015; e - Ana Carolina Cavalcanti Costa - Portaria 02/2015 - PA 18178/2015.
28	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho?		х	

### 6 - CONVÊNIOS

#### 6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
SISBAJUD	Х		
RENAJUD/DETRANET	Х		
INFOJUD	Х		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	Х		
CONECTIVIDADE/CEF	Х		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		х	

# 7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercicio anterior  Cumpriu?			
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
7.1.1 - Que a Secretaria adote, em todos os processos, digitais ou físicos, as determinações constantes da Resolução Administrativa nº 81/2008, que trata da gestão documental na 18ª Região da Justiça do Trabalho, indicando a inexistência de pendências, cuidando para a correta classificação dos autos e documentos quando de seu arquivamento definitivo, inclusive a classificação da modalidade de guarda dos autos, se intermediária ou permanente, indicando os respectivos prazos de guarda, segundo a tabela de temporalidade aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 67/2010, e nos termos do artigo 336 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 1 do Relatório de Correição.	X	- 5	
7.1.2 - A observância à RECOMENDAÇÃO Nº 4/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe acerca da prolação de decisões líquidas na fase de conhecimento, visando dar maior agilidade à fase de execução (item 7.2 – 6 do Relatório de Correição);		Х	
7.1.3 - Que a Secretaria realize, com frequência, a análise das caixas de tarefas do sistema PJe, atentando para os processos que se encontram paralisados há mais de 30 (trinta) dias, a fim de agilizar o andamento processual. O Desembargador-Corregedor constatou a existência de processos sem movimentação por período superior a 100 dias, conforme apontado no item 7.2 — 10 do Relatório de Correição. Para um melhor gerenciamento dos serviços de Secretaria, a unidade poderá se valer dos relatórios extraídos do sistema SAOPJE, encaminhados periodicamente pela SCR através dos processos de auditorias permanentes.		Х	

7.1.4 - O integral cumprimento do disposto no artigo 346 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das audiências e/ou sentenças proferidas/acordos homologados, conforme apurado no item 7.2 – 22 do Relatório de Correição;	x	
7.1.5 - Que a direção da unidade se conscientize para a necessidade de atendimento e priorização das determinações advindas da Corregedoria Regional, no tocante ao Projeto Garimpo, buscando acompanhar todas as suas etapas. O Desembargador-Corregedor registrou que a unidade possui o total de 541 processos pendentes de liberação (PA nº 9510/2020).	x	

# 7.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATOrd-0010364-38.2019.5.18.0002; ATSum-0010037-30.2018.5.18.0002; ATOrd-0011268-63.2016.5.18.0002; ATOrd-0010183-37.2019.5.18.0002; ATOrd-0010431-42.2015.5.18.0002; ATSum-0010735-02.2019.5.18.0002; ATSum-0011621-98.2019.5.18.0002; ATSum-0011929-37.2019.5.18.0002 e ATSum-0011805-54.2019.5.18.0002).
	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho NÃO lança regularmente no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010364-38.2019.5.18.0002; ATSum-0010037-30.2018.5.18.0002; ATOrd-0010183-37.2019.5.18.0002; ATSum-0010735-02.2019.5.18.0002; ATSum-0011929-37.2019.5.18.0002 e ATSum-0011805-54.2019.5.18.0002).
3	Nos processos a seguir relacionados, analisados em 04/02/2022, constatou-se a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, em DESACORDO com o procedimento editado no artigo 1º, do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, e Provimento nº 01/2020-SCR/TRT18 (processos: ATOrd-0010969-17.2015.5.18.0004 (saldo: R\$33.416,71); ATOrd-0010245-48.2017.5.18.0002 (saldo: R\$8.708,43) e ATOrd-0011280-48.2014.5.18.0002 (saldo: R\$6.155,51).
	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0010986-83.2020.5.18.0002; ATOrd-0010583-17.2020.5.18.0002; ATOrd-0010470-63.2020.5.18.0002; ATOrd-0010384-92.2020.5.18.0002; ATOrd-0010376-18.2020.5.18.0002; ATOrd-0010190-92.2020.5.18.0002; ATOrd-0010135-44.2020.5.18.0002 e ATOrd-0010385-43.2021.5.18.0002).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATOrd-0010986-83.2020.5.18.0002; ATOrd-0010583-17.2020.5.18.0002; ATOrd-0010376-18.2020.5.18.0002 e ATOrd-0010385-43.2021.5.18.0002).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0010986-83.2020.5.18.0002; ATOrd-0010583-17.2020.5.18.0002; ATOrd-0010470-63.2020.5.18.0002; ATOrd-0010384-92.2020.5.18.0002; ATOrd-0010376-18.2020.5.18.0002; ATOrd-0010190-92.2020.5.18.0002; ATOrd-0010135-44.2020.5.18.0002 e ATOrd-0010385-43.2021.5.18.0002).
7	Nos processos a seguir relacionados, em fase de CONHECIMENTO, constatou-se que a Secretaria da Vara juntou aos autos o documento emitido pelo site dos correios (rastreamento de postagem) que comprova o recebimento da notificação inicial pelo reclamado, cumprindo o disposto nos artigos 38 e 39 do PGC (processos: ATOrd-0010468-59.2021.5.18.0002; ATOrd-0010503-19.2021.5.18.0002; ATOrd-0010243-39.2021.5.18.0002; ATOrd-0010180-14.2021.5.18.0002; ATSum-0010929-31.2021.5.18.0002; ATSum-0010260-75.2021.5.18.0002; ATSum-0010187-06.2021.5.18.0002; ATSum-0010713-70.2021.5.18.0002 e ATOrd-0010447-83.2021.5.18.0002).
	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: HTE-0010384-58.2021.5.18.0002 e HTE-0010190-58.2021.5.18.0002).
	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010560-71.2020.5.18.0002; ATSum-0011316-80.2020.5.18.0002; ATSum-0011340-11.2020.5.18.0002 e ATSum-0010463-71.2020.5.18.0002).

Cód. Autenticidade 400260706007

	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum-0010560-71.2020.5.18.0002; ATSum-0011316-80.2020.5.18.0002; ATSum-0011340-11.2020.5.18.0002; ATOrd-0010070-49.2020.5.18.0002; ATSum-0010463-71.2020.5.18.0002; HTE-0010384-58.2021.5.18.0002 e HTE-0010190-58.2021.5.18.0002).
	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se a FALTA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL, sem justificativa, nas pastas correspondentes às tarefas do sistema PJe, por período superior a 100 dias, conforme dados extraídos do sistema SAOPJE em 04/02/2022 (processos: ExProvAS-0010219-66.2021.5.18.0016, ATOrd-0010942-69.2017.5.18.0002, ATOrd-0010837-29.2016.5.18.0002, ATOrd-0011495-48.2019.5.18.0002, ExProvAS-0010849-04.2020.5.18.0002, PetCiv-0010974-40.2018.5.18.0002, ATOrd-0010748-42.2016.5.18.0281, ATSum-0011109-81.2020.5.18.0002, HTE-0010934-87.2020.5.18.0002 e ATSum-0010966-29.2019.5.18.0002).
	Consultando o PAINEL DE GESTÃO da Vara do Trabalho, no dia 21/02/2022, oriunda da ferramenta "HORUS 18"/Judicial/Painel de gestão/VT, CONSTATOU-SE a situação abaixo descrita, em relação ao tempo de permanência dos processos nas pastas de tarefas do sistema PJe da unidade correcionada:
40	- Fase de conhecimento: pastas de tarefas dentro da *normalidade;
12	- Fase de liquidação: pasta de tarefa "aguardando cumprimento de acordo" (04 processos acima da *normalidade); e
	- Fase de execução: pasta de tarefa "prazos vencidos" (06 processos acima da *normalidade); pasta de tarefa "remeter ao 2º grau" (01 processo acima da *normalidade).
	*Normalidade estabelecida pela ferramenta "HORUS 18".
13	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, determina o arquivamento provisório dos autos no caso de omissão do exequente em informar diretrizes para prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A da CLT (processos: ATSum-0011930-22.2019.5.18.0002, ATSum-0011388-04.2019.5.18.0002, ATSum-0010381-40.2020.5.18.0002 e ATSum-0010310-38.2020.5.18.0002).
	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", para fruição do prazo da prescrição intercorrente, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0011930-22.2019.5.18.0002, ATSum-0011388-04.2019.5.18.0002, ATOrd-0011303-18.2019.5.18.0002, ATSum-0010381-40.2020.5.18.0002 e ATSum-0010310-38.2020.5.18.0002).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0011268-63.2016.5.18.0002; ATOrd-0010431-42.2015.5.18.0002; ATSum-0011621-98.2019.5.18.0002 e ATOrd-0011710-24.2019.5.18.0002.
	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança regularmente no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010735-02.2019.5.18.0002; ATOrd-0011710-24.2019.5.18.0002 e ATSum-0011929-37.2019.5.18.0002).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias (processos: ATOrd-0011268-63.2016.5.18.0002; ATOrd-0010431-42.2015.5.18.0002; ATSum-0011621-98.2019.5.18.0002 e ATOrd-0011710-24.2019.5.18.0002).

18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0011794-25.2019.5.18.0002, ATOrd-0011483-34.2019.5.18.0002, ATOrd-0010387-81.2019.5.18.0002, ATSum-0011625-38.2019.5.18.0002 e ATSum-0011520-16.2019.5.18.0017).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB (processos: ATSum-0011930-22.2019.5.18.0002, ATSum-0011388-04.2019.5.18.0002, ATOrd-0011303-18.2019.5.18.0002, ATSum-0010381-40.2020.5.18.0002 e ATSum-0010310-38.2020.5.18.0002).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATSum-0011794-25.2019.5.18.0002, ATOrd-0011483-34.2019.5.18.0002, ATOrd-0010387-81.2019.5.18.0002, ATSum-0011625-38.2019.5.18.0002 e ATSum-0011520-16.2019.5.18.0017).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATSum-0011794-25.2019.5.18.0002, ATOrd-0011483-34.2019.5.18.0002, ATOrd-0010387-81.2019.5.18.0002, ATSum-0011625-38.2019.5.18.0002 e ATSum-0011520-16.2019.5.18.0017).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara procede à CITAÇÃO do executado, via diário de justiça eletrônico, na pessoa de seu procurador, a pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas (processos: ATSum-0011794-25.2019.5.18.0002, ATOrd-0011483-34.2019.5.18.0002, ATOrd-0010387-81.2019.5.18.0002, ATSum-0011625-38.2019.5.18.0002 e ATSum-0011520-16.2019.5.18.0017).
23	Não foram encontrados processos suficientes, dentro do período correicionado, que pudessem caracterizar o descumprimento ao artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região, no que tange à Unidade Judiciária correicionada.
24	Consoante observado no processo administrativo nº 10.268/2014 (auditorias permanentes da SCR), a presente Unidade Judiciária disse que adotaria as medidas de saneamento no que se refere a processos parados por prazo superior ao desejado, no entanto, conforme extrato do sistema SAOPJE de 1º/02/2022, observa-se que a 2ª Vara do Trabalho de Goiânia ainda mantém um número considerável de processos sem movimentação ou com movimentação errônea.
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum 0011409-43.2020.5.18.0002; ATOrd 0010092-73.2021.5.18.0002; ATSum 0010115-53.2020.5.18.0002 e ATSum 0010178-44.2021.5.18.0002).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum 0010150-76.2021.5.18.0002; ATOrd 0010706-78.2021.5.18.0002; ATSum 0011409-43.2020.5.18.0002; ATOrd 0010092-73.2021.5.18.0002; ATSum 0010115-53.2020.5.18.0002 e ATSum 0010178-44.2021.5.18.0002).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum 0010150-76.2021.5.18.0002; ATOrd 0010706-78.2021.5.18.0002; ATSum 0011409-43.2020.5.18.0002; ATOrd 0010092-73.2021.5.18.0002; ATSum 0010115-53.2020.5.18.0002 e ATSum 0010178-44.2021.5.18.0002).

Cód. Autenticidade 400260706007

Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de

FL. 26

Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd 0011661-22.2015.5.18.0002; ATOrd 0011357-23.2015.5.18.0002 e ATSum 0011199-26.2019.5.18.0002).  Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd 0011661-22.2015.5.18.0002; ATOrd 0011357-23.2015.5.18.0002 e ATSum 0011199-26.2019.5.18.0002).  Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do
lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd 0011661-22.2015.5.18.0002; ATOrd 0011357-23.2015.5.18.0002 e ATSum 0011199-26.2019.5.18.0002).  Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do
certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do
PGC (processos: ATOrd 0011661-22.2015.5.18.0002; ATOrd 0011357-23.2015.5.18.0002 e ATSum 0011199-26.2019.5.18.0002).
Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à 2ª Vara do Trabalho de Goiânia, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
Nos processos a seguir relacionados, considerando o lapso temporal entre a realização da última audiência e a conclusão para proferir sentença, constatou-se que a unidade correicionada realiza A REMESSA dos autos à conclusão para a prolação da sentença, sem a ocorrência de atraso injustificado da Secretaria da Vara do Trabalho no referido ato de envio, CUMPRINDO o disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processo: ATOrd-0011352-25.2020.5.18.0002; ATOrd-0011345-33.2020.5.18.0002; ATOrd-0011290-82.2020.5.18.0002; ATOrd-0011185-08.2020.5.18.0002; ATOrd-0010931-35.2020.5.18.0002; ATOrd-0010190-92.2020.5.18.0002 e ATOrd-0010462-86.2020.5.18.0002).
Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/11/2021 e 17/12/2021, constatou-se que o atraso para o início das audiências é de 03 (três) minutos.
Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/11/2021 e 17/12/2021, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.
Nos processos a seguir relacionados, em que há executados em RECUPERAÇÃO JUDICIAL, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE Certidão INDIVIDUALIZADA para habilitação do CRÉDITO TRABALHISTA no Juízo da Recuperação Judicial, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 6ª, §§ 7-B e 11 da Lei 14.112/2020 e a orientação contida no OFÍCIO CIRCULAR TST.GP Nº 151 e OFÍCIO-CIRCULAR TRT 18ª SGJ Nº 018/2021 (processos: ATOrd-0010811-94.2017.5.18.0002, ATOrd-0011280-43.2017.5.18.0002, ATSum-0012198-47.2017.5.18.0002, ATOrd-00111114-41.2018.5.18.0013 e ATOrd-0011200-45.2018.5.18.0002).